

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas opções constituídas pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB1A1AAA

1 Na mídia em geral, nos discursos políticos, em  
mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais,  
enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz  
4 presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra  
cidadania. Esse largo uso, porém, não torna evidente seu  
significado. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos  
7 deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos  
fazer compreender certa ordem de eventos. Por que, então, a  
palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu  
10 significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começa pelo  
reconhecimento de que há um considerável avanço da agenda  
13 igualitária no mundo e, decorrente disso, uma valorização sem  
precedentes da ideia de direitos. O fenômeno é mundial, afeta,  
de modos e em graus distintos, todas as sociedades e aponta  
16 para uma democratização progressiva e sustentada das  
repúblicas. Observam-se também, nesse contexto, passagens  
contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida  
19 em que temas do domínio privado que, por sua incidência e  
relevância, passam a ser amplamente debatidos na esfera  
pública podem influenciar o sistema político a torná-los  
22 matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu a  
discussão sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da  
25 palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno  
impõe perceber que, ao lado da valorização dos direitos, se  
desenvolve igualmente a certeza de que o caminho para  
28 efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e  
não a ativação de métodos personalistas de acesso a eles. Em  
outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os  
31 direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia  
política dos indivíduos, de modo que não sejam vividos como  
favores concedidos por governantes, filantropos, patronos ou  
34 equivalentes.

Maria Alice Rezende de Carvalho. **Cidadania e direitos**. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

O texto CB1A1AAA indica como possível motivo para o uso frequente da palavra cidadania

- Ⓐ a crescente relevância alcançada pelos debates públicos acerca de direitos.
- Ⓑ a incipiente discussão, na esfera pública, acerca de temas do domínio privado.
- Ⓒ o avanço das iniciativas individualizadas voltadas à efetivação da justiça.
- Ⓓ a ampliação do acesso à informação, aos veículos de imprensa e à publicidade.

### QUESTÃO 2

Com relação às ideias do texto CB1A1AAA, julgue os seguintes itens.

- I A maior parte das pessoas emprega a palavra cidadania de modo incorreto em suas conversas informais sobre política.
- II Para que sejam efetivos, os direitos não devem ser obtidos por meio de favores concedidos, entre outros, por políticos e benfeitores.
- III A condição de cidadão é socialmente adquirida, e não herdada de forma natural.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

### QUESTÃO 3

No primeiro parágrafo do texto CB1A1AAA, o referente da forma pronominal “sua” (l.7) é

- Ⓐ “significado” (l.6).
- Ⓑ “a palavra cidadania” (l. 4 e 5).
- Ⓒ “Esse largo uso” (l.5).
- Ⓓ “vários empregos” (l.6).

### QUESTÃO 4

A correção gramatical e os sentidos do texto CB1A1AAA seriam preservados caso se isolasse por vírgulas

- Ⓐ o trecho “avançar na elucidação desse fenômeno” (l.25).
- Ⓑ o trecho “que assumiu a discussão sobre direitos” (l. 23 e 24).
- Ⓒ a expressão “repetidas vezes” (l.4).
- Ⓓ a palavra “sustentada” (l.16).

### QUESTÃO 5

No texto CB1A1AAA, a palavra “sustentada” (l.16) foi empregada com o sentido de

- Ⓐ prudente, cautelosa.
- Ⓑ amparada, auxiliada.
- Ⓒ sólida, duradoura.
- Ⓓ financiada, custeada.

### QUESTÃO 6

Sem prejuízo para a correção e os sentidos do texto CB1A1AAA, a expressão “e não” (l. 28 e 29) poderia ser substituída por

- Ⓐ não só.
- Ⓑ e nem.
- Ⓒ senão.
- Ⓓ mas não.

**Texto CB1A1BBB**

1 Ofereceram a meu pai o emprego de juiz substituto e  
 ele o aceitou sem nenhum escrúpulo. Nada percebia de lei,  
 possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava  
 4 aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do  
 governo, merecia a confiança do chefe político — e achou-se  
 capaz de julgar.

7 Naquele tempo, e depois, os cargos se davam a  
 partidários dóceis, perfeitamente cegos. Isso convinha à justiça.  
 Era necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que  
 10 a máquina eleitoral emperraria.

Os magistrados de anel e carta diligenciavam  
 acomodar-se, encolher-se, faziam vista grossa a muita  
 13 bandalheira. De repente acuavam, tinham melindres que o  
 mandão local não entendia e lançava à conta de má vontade. E  
 lá vinham rixas, viagens rápidas, afrontas, um libelo contestado  
 16 a punhal ou cacete. Enfim os bacharéis se aguentavam mal.  
 Dispensavam-lhes obséquios, salamaleques — e  
 desviavam-nos.

19 Os funcionários matutos não vacilavam: ignorando a  
 razão de intransigências, amoleciam imperturbáveis, assinavam  
 despachos redigidos pelo escrivão. Foi assim que meu pai  
 22 recebeu um título.

Graciliano Ramos. *Infância*. São Paulo: Record, 2013 (com adaptações).

**QUESTÃO 7**

De acordo com o primeiro parágrafo do texto CB1A1BBB, o pai do narrador assumiu o cargo de juiz substituto porque

- A era ambicioso e pertencia a uma família de senhores de engenho.
- B não tinha escrúpulos e porque sentia-se apto a julgar.
- C o chefe político local o considerava confiável.
- D possuía conhecimentos gerais acerca da justiça.

**QUESTÃO 8**

Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do seguinte período do texto CB1A1BBB: “Era necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que a máquina eleitoral emperraria.” (ℓ. 9 e 10).

- A Sem aquilo que a máquina eleitoral emperraria, faziam-se necessários: absolver amigos e condenar inimigos.
- B Emperraria-se a máquina eleitoral sem amigos absolvidos, nem inimigos condenados.
- C Eram necessários, com o objetivo de não atrapalhar o andamento da máquina eleitoral, a absolvição de amigos e a condenação de inimigos.
- D Para que a máquina eleitoral se mantivesse em funcionamento, era preciso absolver amigos bem como condenar inimigos.

**QUESTÃO 9**

Conforme o texto CB1A1BBB, os “magistrados de anel e carta” (ℓ.11)

- A demonstravam má vontade em atuar na comarca, provocando conflitos armados entre os bacharéis e os chefes políticos locais.
- B eram intransigentes e condicionavam sua atuação ao recebimento de favores e presentes, sem os quais se recusavam a interferir em rixas políticas.
- C acomodavam-se na função, fingindo não perceber negócios ilícitos e assinando despachos indevidamente.
- D tentavam se adaptar ao jogo político local, mas, por vezes, contrariavam os poderes estabelecidos.

**QUESTÃO 10**

Uma das propriedades linguísticas que caracterizam o texto CB1A1BBB como narrativo é a predominância de

- A adjetivos empregados para descrever o narrador.
- B construções gramaticais típicas da modalidade oral.
- C formas verbais no pretérito.
- D orações com sujeitos indeterminados.

**QUESTÃO 11**

Julgue os itens a seguir, com base no Estatuto de Ética Profissional do Servidor do TRT da 7.<sup>a</sup> Região.

- I No contrato firmado entre o TRT da 7.<sup>a</sup> Região e uma empresa organizadora de eventos para a realização de um seminário, com duração de dois dias, é dispensável conter, em suas cláusulas, a obrigação de os empregados dessa empresa formalizarem compromisso de obediência ao estatuto.
- II Analista judicial do TRF da 5.<sup>a</sup> Região que for cedido para o TRT da 7.<sup>a</sup> Região estará dispensado de cumprir o referido estatuto.
- III Servidor que se recusar a atender determinado jurisdicionado, por este ser afrodescendente, estará sujeito à aplicação da pena de censura.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D I, II e III.

**QUESTÃO 12**

Determinado agente público, em troca de recebimento de vantagem econômica, facilitou a alienação de um bem público por preço inferior ao valor de mercado, praticando, assim, ato de improbidade administrativa.

Nesse caso, de acordo com a legislação pertinente, o agente público praticou improbidade administrativa

- A que atenta contra os princípios da administração pública.
- B que importa enriquecimento ilícito.
- C decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- D que causa prejuízo ao erário.

**QUESTÃO 13**

Aprovado em concurso para cargo público federal, Carlos foi nomeado no dia 6/11/2017 e tomou posse no dia 21 do mesmo mês e ano. Trinta dias depois, Carlos se apresentou para entrar em exercício.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a administração pública deverá

- A demitir o servidor.
- B exonerar o servidor.
- C tornar sem efeito o exercício do servidor.
- D tornar sem efeito o ato de provimento do servidor.

**QUESTÃO 14**

Matilde, servidora pública federal do TRT 7.<sup>a</sup> Região, será removida, por interesse do serviço, da 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho da Região do Cariri para a 1.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Sobral. Sendo a mudança de caráter permanente, caberá ao tribunal compensar as despesas de instalação da servidora na nova sede.

Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, Matilde terá o direito à percepção da indenização denominada

- A diárias.
- B transporte.
- C auxílio-moradia.
- D ajuda de custo.

**QUESTÃO 15**

Julgue os itens a seguir, de acordo com os conceitos de ética e moral.

- I A moral é um sistema de normas, princípios e valores que regulam as relações entre o indivíduo e a sociedade.
- II O termo moral vem do latim, e o termo ética do grego.
- III A moral é a ciência que tem a ética como objeto.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 16**

Considerando-se que o exercício da cidadania deve basear-se na adoção da conduta que de melhor forma promova o bem comum, estará exercitando sua cidadania a pessoa que

- A cuidar, habitualmente, da conservação da área de lazer e esportes de seu bairro, bem como de parques e jardins públicos.
- B votar em candidato que prometa realizar, em troca do voto, reparos no asfalto da rua onde ela reside.
- C conduzir seu carro na cidade, por motivos familiares, nos dias em que, em razão de rodízio, estiver proibida de fazê-lo.
- D lavar as calçadas da vizinhança, utilizando água encanada, durante período de racionamento.

**QUESTÃO 17**

Pedro e Caio são pessoas com deficiência física. Lucas é acompanhante de Pedro, e Fernando é atendente pessoal de Caio.

Considerando-se a Resolução n.º 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, nessa situação hipotética, Pedro, Caio, Lucas e Fernando terão direito a receber atendimento prioritário nos casos em que a finalidade for obter

- A proteção e socorro, em quaisquer circunstâncias, nos procedimentos administrativos em que forem interessados.
- B atendimento em todos os serviços destinados ao público, bem como acesso a recursos de comunicação acessíveis.
- C acesso a recursos tecnológicos que garantam igualdade de atendimento e primazia na tramitação processual.
- D acesso a recursos humanos que garantam a igualdade de atendimento nos procedimentos judiciais em que forem parte.

**QUESTÃO 18**

De acordo com o Decreto n.º 3.298/1999, em concursos públicos, são reservadas a indivíduos com deficiência, pelo menos, 5% das vagas — desde que compatíveis com a deficiência deles — em

- A cargos efetivos.
- B cargos eletivos.
- C cargos em comissão.
- D funções de confiança.

**QUESTÃO 19**

Julgue os itens a seguir, referentes ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- I Nos processos seletivos para ingresso em curso oferecido por instituição de ensino superior privada, deve ser disponibilizada tradução completa do edital em LIBRAS.
- II As locadoras de veículos devem oferecer, em sua frota, no mínimo, 5% de veículos adaptados, e estes devem ter direção hidráulica.
- III Nos processos seletivos para instituição de ensino superior pública, é vedada a concessão de dilação de tempo para candidato com deficiência.
- IV O poder público é obrigado a instituir políticas de acessibilidade por meio de incentivos fiscais para a oferta de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**QUESTÃO 20**

Nos termos do Decreto n.º 5.296/2004, as edificações destinadas a atividades de natureza hoteleira, a habitação multifamiliar e aquelas administradas por entidade da administração pública indireta são consideradas de uso, respectivamente,

- A privado, coletivo e público.
- B coletivo, privado e público.
- C coletivo, público e privado.
- D privado, público e coletivo.

**QUESTÃO 21**

A defensoria pública ajuizou ação para proteger interesses individuais homogêneos de pessoas com deficiência, mas, ao fim do processo, a sentença declarou improcedente o pedido objeto da ação.

Nessa situação hipotética,

- A a sentença gerará efeitos imediatos assim que for publicada.
- B qualquer legitimado ativo poderá recorrer.
- C o efeito da sentença será *erga omnes*, se a improcedência for por falta de provas.
- D somente o Ministério Público poderá recorrer.

**QUESTÃO 22**

Estão em um ônibus público André, que é obeso, mas não tem mobilidade reduzida; Mariana, que está acompanhada por uma criança de oito anos; Lúcia, que está grávida; e Alessandra, que é lactante.

Nessa situação hipotética, considerando-se a Lei n.º 10.048/2000, a empresa concessionária de transporte coletivo deverá garantir assentos, devidamente identificados, somente para

- A Lúcia e Alessandra.
- B André e Lúcia.
- C Mariana e Alessandra.
- D André e Mariana.

**QUESTÃO 23**

Um dos efeitos adversos da popularização da Internet e das redes sociais virtuais é a superexposição da vida pessoal de usuários, a qual pode levar a situações de constrangimento e de risco à segurança individual. Com isso, tem-se tornado cada dia mais premente a necessidade de se criarem estratégias pessoais e ferramentas jurídicas que garantam o

- A acesso irrestrito às ferramentas digitais.
- B direito à intimidade e à vida privada.
- C exercício pleno da liberdade de expressão.
- D anonimato de todos os usuários.

**QUESTÃO 24**

As tensões nas relações diplomáticas entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados têm-se exacerbado desde o início de 2017. Nesse contexto, o governo norte-coreano

- A fez, ao longo deste ano, frequentes ameaças à Coreia do Sul, provocando, desde janeiro, reações enérgicas do governo sul-coreano, maior interessado em deflagrar um conflito no Oriente.
- B conta, historicamente, entre seus aliados, com o Japão, que apoia o regime ditatorial da Coreia do Norte, haja vista que, em caso de guerra, a fronteira japonesa estaria ameaçada.
- C desenvolveu, segundo informações dos órgãos de inteligência dos EUA, uma ogiva nuclear miniaturizada a ser usada em um míssil intercontinental, o que agravou a crise diplomática entre os dois países.
- D apresentou, em ocasiões pontuais, retórica de caráter belicista, a qual foi largamente ignorada pelo governo norte-americano, bem como por seus aliados asiáticos.

**Texto CB1A5AAA – Proposição P**

A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento; o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

**QUESTÃO 25**

A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto CB1A5AAA é igual a

- A 32.
- B 4.
- C 8.
- D 16.

**QUESTÃO 26**

Assinale a opção que apresenta uma proposição equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição P do texto CB1A5AAA.

- A A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, ou o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.
- B Se o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado, então a empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento.
- C Se a empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, então o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.
- D A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento, mas o juiz julgou procedente a ação movida pelo ex-empregado.

**QUESTÃO 27**

Proposição Q: A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento.

A proposição Q, anteriormente apresentada, está presente na proposição P do texto CB1A5AAA.

A negação da proposição Q pode ser expressa por

- A A empresa não alegou ter pago suas obrigações previdenciárias ou apresentou os comprovantes de pagamento.
- B A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias ou não apresentou os comprovantes de pagamento.
- C A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias e apresentou os comprovantes de pagamento.
- D A empresa não alegou ter pago suas obrigações previdenciárias nem apresentou os comprovantes de pagamento.

**Texto CB1A5BBB – Argumento formado pelas premissas (ou proposições) P1 e P2 e pela conclusão C**

Espaço livre

P1: Se eu assino o relatório, sou responsável por todo o seu conteúdo, mesmo que tenha escrito apenas uma parte.

P2: Se sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, sou demitido.

C: Logo, escrevo apenas uma parte do relatório, mas sou demitido.

**QUESTÃO 28**

A negação da proposição P2 do texto CB1A5BBB pode ser corretamente escrita na forma

- A** Não sou responsável pelo relatório, nem surge um problema em seu conteúdo, mas sou demitido.
- B** Se sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, não sou demitido.
- C** Se não sou responsável pelo relatório e não surge um problema em seu conteúdo, não sou demitido.
- D** Sou responsável pelo relatório e surge um problema em seu conteúdo, mas não sou demitido.

**QUESTÃO 29**

O argumento apresentado no texto CB1A5BBB se tornaria válido do ponto de vista da lógica sentencial, se, além das premissas P1 e P2, a ele fosse acrescentada a proposição

- A** Não sou demitido ou não escrevo uma parte do relatório.
- B** Sou responsável apenas pela parte que escrevi do relatório.
- C** Eu escrevo apenas uma parte do relatório, assino o relatório e surge um problema em seu conteúdo.
- D** Se não escrevo nenhuma parte do relatório, não sou demitido.

**QUESTÃO 30**

Se, na presente prova, em que cada questão tem quatro opções de resposta, um candidato escolher ao acaso uma única resposta para cada uma das quatro primeiras questões, então a probabilidade de ele acertar exatamente duas questões será igual a

- A**  $\frac{1}{2}$ .
- B**  $\frac{9}{16}$ .
- C**  $\frac{27}{128}$ .
- D**  $\frac{9}{256}$ .

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 31

Tendo como referência as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito da defesa do estado e das instituições democráticas, em especial a respeito das recentes alterações no regramento constitucional da segurança pública, assinale a opção correta.

- A Para o Supremo Tribunal Federal (STF), é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive no que se refere à imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- B Os municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações públicas em geral.
- C A partir da Emenda Constitucional n.º 82/2014, a atividade de segurança viária passa a integrar expressamente o texto da CF, com vistas à preservação da ordem social e da incolumidade patrimonial nas vias urbanas.
- D Nos termos da CF, tanto no âmbito da União quanto no dos demais entes federados, a segurança viária compete aos respectivos órgãos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

### QUESTÃO 32

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito dos órgãos do Poder Judiciário, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, devendo o número de defensores públicos na unidade jurisdicional ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.
- B Na AGU, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, o ingresso na carreira se dá mediante concurso público de provas e títulos, devendo a OAB participar obrigatoriamente em todas as suas fases.
- C Tanto a Defensoria Pública da União como as dos estados e do DF devem ser organizadas por lei complementar, devendo o ingresso no cargo de defensor público dar-se mediante concurso público de provas e títulos.
- D Os vinte e sete ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST) devem ser brasileiros natos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, e sua escolha depende de nomeação pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

### QUESTÃO 33

De acordo com os dispositivos constitucionais sobre finanças públicas, ordem econômica e financeira, devem ser disciplinadas por lei complementar matérias como a

- A remessa de lucros ao exterior por empresas de capital estrangeiro.
- B repressão ao abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados.
- C concessão de garantias pelas entidades públicas.
- D emissão de moeda pelo Banco Central do Brasil.

### QUESTÃO 34

A respeito das concepções e classificações das constituições, assinale a opção correta.

- A Conforme o critério ontológico, as constituições podem ser normativas (ou dogmáticas), nominalistas ou semânticas.
- B Na classificação tradicional, que considera o conteúdo, uma constituição pode ser material (ou estável) ou formal (ou analítica).
- C Segundo o critério político, a validade de uma constituição não se apoia na justiça de suas normas, mas na decisão política que lhe dá existência.
- D Na concepção sociológica, constituição consiste no somatório dos fatores reais de poder em uma sociedade, sendo consideradas sinônimas a constituição real e efetiva e a constituição jurídica.

### QUESTÃO 35

A respeito das características do poder constituinte e de sua configuração em originário ou derivado, assinale a opção correta.

- A A criação de novos territórios federais é exemplo do exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- B A outorga e a convenção são formas de expressão do poder constituinte originário.
- C A tese da existência de hierarquia entre normas constitucionais decorrentes do exercício do poder constituinte originário é aceita pelo STF.
- D O sistema constitucional brasileiro admite a teoria da dupla revisão.

### QUESTÃO 36

Acerca dos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale opção correta.

- A Conforme entendimento do STF, o direito fundamental à liberdade de pensamento e de livre expressão da atividade intelectual, independentemente de censura, deve ser interpretado à luz do mandamento constitucional que prevê a preservação da vida privada e da imagem da pessoa, de modo a ser exigível o consentimento do interessado no caso de publicação de biografia que possa causar sério agravo à intimidade.
- B As relações internacionais da República Federativa do Brasil são regidas pelos princípios da prevalência da ordem democrática e do respeito à separação dos poderes.
- C Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei de Biossegurança, o STF firmou entendimento acerca do descabimento de pesquisa com células-tronco embrionárias, como decorrência do direito à vida.
- D Não cabe *habeas corpus* para o trancamento de processo por crime de responsabilidade atribuído ao presidente da República, uma vez que as sanções para tal espécie de infração são de índole político-administrativa.

**QUESTÃO 37**

A respeito do regime constitucional aplicável aos servidores públicos e ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A** É automática, segundo o STF, a perda do mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- B** Comissões parlamentares de inquérito, seja em nível federal, seja em nível estadual ou municipal, não podem, por si, determinar a quebra de sigilo bancário de investigado, já que tal informação está sujeita à cláusula constitucional de reserva de jurisdição, conforme o entendimento do STF.
- C** À servidora ocupante de cargo público é assegurada a proteção ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- D** Os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei específica.

**QUESTÃO 38**

A respeito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O Conselho da República é composto por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, todos eleitos para mandato de três anos, permitindo-se uma única recondução.
- B** Não se prevê a iniciativa do Tribunal de Contas da União para propor projeto de lei ao Congresso Nacional.
- C** Os ministros de Estado devem ser escolhidos entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos de idade e no pleno exercício dos direitos políticos.
- D** O TST tem competência para processar e julgar, de forma originária, reclamação que garanta a autoridade de suas decisões e preserve a sua competência.

**QUESTÃO 39**

No que se refere ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** A cláusula de reserva de plenário exige que somente pela maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público; a mesma cláusula aplica-se também às turmas recursais dos juizados especiais, por serem órgãos colegiados.
- B** Ao declarar a inconstitucionalidade ou a não recepção de lei, no âmbito de controle concentrado ou difuso, o STF poderá, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos dessa declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou, ainda, em outro momento que venha a ser fixado.
- C** Ao apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, o STF deverá citar, previamente, o advogado-geral da União, que necessariamente defenderá o ato ou texto impugnado.
- D** A Constituição da República de 1891 foi a primeira a prever a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade, de forma incidental, trazendo também importante inovação referente à denominada cláusula de reserva de plenário.

**QUESTÃO 40**

O princípio que determina que os serviços públicos sejam remunerados por valor acessível ao usuário é denominado princípio da

- A** modicidade.
- B** continuidade do serviço público.
- C** eficiência.
- D** economicidade.

**QUESTÃO 41**

Define-se concessão administrativa como

- A** parceria público-privada em que a remuneração do parceiro privado é realizada pelo Estado e por tarifa paga pelos usuários do serviço.
- B** concessão de serviço público essencial.
- C** parceria público-privada que tem a administração pública como usuária direta ou indireta, sem pagamento de tarifas pelos usuários particulares.
- D** concessão de serviço público a entidade da administração pública indireta.

**QUESTÃO 42**

O poder público municipal apossou-se de imóvel de particular para a construção de uma quadra poliesportiva de uso comunitário. O prefeito do município ordenou a derrubada de uma cerca e o imediato início das obras, sem qualquer notificação prévia ao proprietário.

Considerando-se o modo como os fatos ocorreram, é correto afirmar que houve, na situação descrita,

- A** apossamento administrativo, caso em que cabe a revisão imediata pelo Poder Judiciário.
- B** ocupação temporária, caso em que cabe ao particular proprietário indenização pelos eventuais danos comprovados.
- C** requisição administrativa, caso em que o particular proprietário pode discutir a intervenção estatal em juízo.
- D** desapropriação indireta, caso em que resta ao particular proprietário do imóvel pleitear perdas e danos.

**QUESTÃO 43**

Prestes a ser morto por dois indivíduos que tentavam subtrair a sua arma, um policial militar em serviço efetuou contra eles disparo de arma de fogo. Embora o policial tenha conseguido repelir a injusta agressão, o disparo atingiu um pedestre que passava pelo local levando-o à morte.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O Estado não responde civilmente, pois houve o rompimento do nexo causal por fato exclusivo de terceiro.
- B** O Estado responde objetivamente pelos danos causados à família do pedestre, ainda que o policial militar tenha agido em legítima defesa.
- C** A ocorrência de legítima defesa por parte do policial militar afasta a responsabilidade civil do Estado.
- D** O Estado responde subjetivamente pelos danos, já que deve haver prova de falha no treinamento do policial.

**QUESTÃO 44**

As esferas penal e administrativa são independentes para apurar a responsabilidade de servidor público. Contudo, o procedimento criminal vincula o procedimento administrativo quando conclui que

- A há insuficiência de provas quanto à existência do fato imputado ao servidor.
- B o servidor não foi o autor da conduta a ele imputada.
- C há insuficiência de provas quanto à autoria do fato.
- D o fato não constitui infração penal.

**QUESTÃO 45**

A extinção do contrato de concessão de serviço público, por razão de interesse público, durante o prazo de concessão e sem que o concessionário esteja inadimplente, com a consequente retomada do serviço pelo poder concedente, denomina-se

- A encampação.
- B reversão.
- C anulação.
- D caducidade.

**QUESTÃO 46**

As características das agências reguladoras incluem

- A relações de trabalho regulamentadas pela CLT.
- B personalidade jurídica de direito privado.
- C discricionariedade técnica no exercício do poder normativo.
- D livre exoneração de seus dirigentes.

**QUESTÃO 47**

Determinada empresa vencedora em processo licitatório, assinou contrato com a administração pública para a execução de obra pública. No decorrer do prazo contratual, o Estado aumentou sensivelmente a alíquota de imposto que impactava no custo para a contratada, tornando a execução do objeto contratual mais onerosa.

Assinale a opção correta, a respeito das consequências do aumento de imposto para o referido contrato.

- A Como o aumento da alíquota do imposto é considerado força maior, fica afastada a possibilidade de revisão do preço.
- B A contratada faz jus à revisão do preço contratual, em atenção à teoria do fato do príncipe.
- C Como o contrato tornou-se excessivamente oneroso em razão de uma sujeição imprevista, cabe a revisão do preço.
- D O contrato deve ser rescindido unilateralmente pela contratada, em atenção à teoria da imprevisão.

**QUESTÃO 48**

Ao cabo de procedimento administrativo disciplinar, a autoridade responsável por decidir aplicou a pena de demissão e remeteu a motivação da decisão ao parecer do departamento jurídico do órgão.

Nessa situação hipotética, a decisão é

- A válida, porém ineficaz, até que a falta de motivação seja suprida.
- B válida, visto que, tendo a motivação sido declarada no parecer, não há necessidade de repeti-la na decisão.
- C nula, por falta de motivação.
- D inexistente, por ausência de motivação, obrigatória para a aplicação de penalidade a servidor.

**QUESTÃO 49**

Com a finalidade de se eximir de pagar as verbas trabalhistas devidas, uma pessoa jurídica simulou a venda dos veículos registrados em seu nome.

Nessa situação hipotética, o negócio jurídico da venda é

- A nulo.
- B anulável no todo.
- C válido.
- D anulável em parte.

**QUESTÃO 50**

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- A como regra, a lei revogada se restaura quando a lei revogadora perde sua vigência, instituto conhecido como repristinação.
- B quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- C as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.
- D toda lei entra em vigor no país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sem exceção.

**QUESTÃO 51**

Em contrato de locação de loja em determinado *shopping center* consta cláusula que prevê o pagamento do décimo terceiro aluguel.

Com base na legislação pertinente a contratos de locação, é correto afirmar que a referida cláusula

- A contraria o princípio da livre concorrência.
- B é válida, por ser mera previsão contratual.
- C contraria a Lei de Locações (Lei n.º 8.245/1991).
- D é nula, por ser abusiva.

**QUESTÃO 52**

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária, assinale a opção correta.

- A O encerramento das atividades da sociedade ou a sua dissolução irregular são causas, por si só, de desconsideração da personalidade jurídica.
- B Não se exige o dolo das pessoas naturais que se utilizam da pessoa jurídica com o intuito de lesar credores ou terceiros.
- C O juiz pode determinar, de forma incidental, na execução singular ou coletiva, a desconsideração da personalidade jurídica de sociedade.
- D Para a desconsideração da personalidade jurídica, é necessária ação autônoma.

**QUESTÃO 53**

Maria, credora de Pedro no valor de R\$ 50 mil, aceitou no vencimento da dívida, para adimplir a obrigação, um veículo de igual valor oferecido por Pedro. A dívida foi, então, quitada.

Nessa situação hipotética, de acordo com disposições do Código Civil, o adimplemento se deu por

- A compensação.
- B pagamento em consignação.
- C dação em pagamento.
- D imputação do pagamento.



**QUESTÃO 54**

No que se refere a prescrição e decadência em desfavor de um indivíduo de dezessete anos de idade, assinale a opção correta.

- A** Correm normalmente tanto os prazos prescricionais como os decadenciais.
- B** Os prazos prescricionais somente se iniciam quando o indivíduo completar dezoito anos de idade.
- C** Adota-se tanto para os prazos prescricionais quanto para os decadenciais o prazo de dez anos.
- D** Não correm os prazos prescricionais nem decadenciais.

**QUESTÃO 55**

João doou um apartamento para Mário, em decorrência dos longos anos de amizade. Em momento posterior, Mário tentou matar João, utilizando-se de uma faca.

Nessa situação hipotética, o ato de doação

- A** não pode ser revogado, pois João continua vivo.
- B** pode ser revogado, mesmo que tenha sido feito como presente de casamento para Mário.
- C** pode ser revogado, em decorrência da ingratidão.
- D** é irrevogável.

**QUESTÃO 56**

Após o naufrágio de embarcação em alto mar, constatou-se a falta de um dos passageiros, que nunca foi encontrado.

Nessa situação, com relação ao desaparecido, será declarada a sua morte presumida

- A** mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.
- B** após a declaração de sua ausência.
- C** após um ano de seu desaparecimento.
- D** mesmo sem a decretação de ausência.

**QUESTÃO 57**

Eduardo outorgou a Marla — advogada devidamente registrada na OAB —, por instrumento particular, procuração geral para que ela o representasse em juízo.

Nessa situação hipotética, conforme disposições do Código de Processo Civil (CPC), Marla pode

- A** firmar compromisso.
- B** requerer a expedição de alvará para levantamento de valores.
- C** reconhecer a procedência de pedido.
- D** desistir da ação.

**QUESTÃO 58**

Conforme o disposto no CPC, se, antes mesmo de ajuizar a ação, o autor verificar a presença dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, ele

- A** poderá requerer a desconsideração em qualquer fase do processo, desde que ainda na primeira instância.
- B** deverá aguardar o encerramento da fase cognitiva para requerer a instauração da desconsideração da personalidade jurídica.
- C** poderá requerer a desconsideração na petição inicial, ocasião em que será dispensado o incidente.
- D** deverá requerer a instauração do incidente na fase cognitiva, dada a vedação da instauração na fase de cumprimento de sentença.

**QUESTÃO 59**

Eduarda e Carolina, demandadas por Mário em ação que tramita em autos eletrônicos, constituíram procuradores de escritórios distintos.

Nessa situação hipotética, as litisconsortes terão prazo

- A** em dobro somente para contestar.
- B** em dobro para todos os atos.
- C** em quádruplo para todos os atos.
- D** simples para contestar.

**QUESTÃO 60**

Antes de determinar a citação de Eduardo, o juiz constatou que todos os pedidos da ação, ajuizada por Carlos, estavam prescritos.

Conforme disposto no CPC, nessa situação hipotética o juiz deverá

- A** aguardar toda a fase probatória para, então, prolatar sentença.
- B** determinar a citação de Eduardo para que ele se manifeste quanto à prescrição.
- C** se manifestar quanto à prescrição somente se ela for alegada por Eduardo.
- D** julgar improcedentes liminarmente os pedidos.

**QUESTÃO 61**

Designada a audiência de instrução e julgamento relativa a ação ajuizada pelo Ministério Público contra determinada empresa por supostas irregularidades, o Ministério Público arrolou testemunhas.

Nessa situação, conforme disposições do CPC, a intimação das testemunhas deverá ser realizada por

- A** via judicial.
- B** edital.
- C** carta com aviso de recebimento.
- D** carta simples.

**QUESTÃO 62**

O executado interpôs embargos à execução, tempestivamente, alegando a impossibilidade de pagar a dívida porque irá viajar para Nova Iorque.

Nessa situação hipotética, conforme determina o CPC, os embargos à execução deverão ser

- A** conhecidos, julgando-se imediatamente o mérito, mesmo sem a intimação da parte exequente para que se manifeste.
- B** rejeitados liminarmente, por serem manifestamente protelatórios.
- C** rejeitados liminarmente, não se podendo aplicar multa por conduta atentatória à dignidade da justiça.
- D** conhecidos, aplicando-se o efeito suspensivo mesmo sem a garantia do juízo.

**QUESTÃO 63**

Ao interpor recurso de revista no protocolo do tribunal, João deixou de juntar o comprovante de pagamento referente às custas processuais. O processo era eletrônico.

De acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nessa situação hipotética,

- A** configura-se hipótese de dispensa do pagamento das custas, razão por que não haverá prejuízo a João.
- B** deve-se determinar o recolhimento em dobro e conceder prazo para a comprovação do pagamento das custas.
- C** deve-se determinar a imediata comprovação do pagamento das custas, sem ônus para João.
- D** configura-se deserção, razão por que se deve denegar seguimento ao apelo.

**QUESTÃO 64**

Ao analisar o agravo de instrumento interposto por Maria, uma das turmas do TST negou provimento e manteve o despacho pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso. O recorrente, então, interpôs agravo interno contra a decisão.

De acordo com disposições do CPC e a jurisprudência dos tribunais superiores, nessa situação hipotética

- A** o recurso deve ser conhecido, em decorrência do princípio da fungibilidade.
- B** é incabível agravo interno, por se tratar de decisão proferida por órgão colegiado.
- C** o relator deve levar o recurso a julgamento, após a intimação do agravado.
- D** é obrigatória a manifestação do Ministério Público.

**QUESTÃO 65**

Reclamatória foi ajuizada para pleitear o pagamento de adicional de horas extras. Na análise dos documentos instrutórios, notou-se que, no período em que se baseou o pedido, existia convenção coletiva da categoria fixando o referido adicional em 52% sobre a hora normal, contrato de trabalho entre as partes indicando adicional de 60% sobre a hora normal e regulamento da empresa determinando adicional de 65% sobre a hora normal.

Considerando-se que a Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que o referido adicional deve ser pago no patamar mínimo de 50% sobre a hora normal, à luz da hierarquia das fontes de direitos na seara trabalhista, caso o pedido seja deferido, deve ser aplicado o adicional previsto

- A** no contrato de trabalho.
- B** na CF.
- C** na convenção coletiva da categoria.
- D** no regulamento da empresa.

**QUESTÃO 66**

Em determinada empresa, um empregado utilizou seu *e-mail* corporativo para encaminhar aos colegas de trabalho conteúdos pessoais e fotos íntimas de pessoas que não tinham relação com o quadro de empregados da empresa. Ao tomar conhecimento do fato, a diretoria demitiu o empregado por justa causa.

Nessa situação hipotética, a aplicação da justa causa está

- A** correta, pois o empregador pode exercer o controle do *e-mail* corporativo de seus empregados e a atitude se enquadra como fato ensejador de justa causa.
- B** errada, pois a fiscalização do *e-mail* corporativo do empregado, por ser uma espécie de carta eletrônica, fere o direito à privacidade, constitucionalmente garantido.
- C** correta, porém o empregado terá direito a indenização por danos morais face o abuso do poder de fiscalização do empregador.
- D** errada, pois a fiscalização do *e-mail* corporativo do empregado fere sua intimidade e a atitude por ele tomada não guarda qualquer implicação com a relação de trabalho.

**QUESTÃO 67**

A empresa A adquiriu a empresa B, que pertencia ao mesmo grupo econômico da empresa C, a qual não foi adquirida pela empresa A. Meses depois, a empresa A foi surpreendida com reclamação trabalhista de um empregado da empresa C, o qual requereu a condenação solidária das empresas A e B sob o fundamento de que, na época da compra da empresa B pela empresa A, a empresa C era reconhecidamente inidônea.

Nessa situação, o pedido de condenação está

- A** correto, porque o simples fato de as empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico é suficiente para a condenação solidária em qualquer caso de sucessão trabalhista.
- B** errado, porque a empresa C não foi adquirida pela empresa A, de modo que esta não responde pelos débitos trabalhistas daquela.
- C** correto, porque as empresas A e B são responsáveis solidariamente pelas condenações da empresa C face a sucessão trabalhista operada.
- D** errado, porque a única hipótese de condenação solidária na sucessão trabalhista seria diante da comprovação de fraude na sucessão.

**QUESTÃO 68**

Empregado vendedor, sujeito a controle de horário e remunerado apenas com comissões sobre as vendas realizadas, ajuizou reclamatória requerendo o pagamento de adicional de horas extras em razão do aumento da sua jornada nos últimos dois anos de trabalho.

Nessa situação,

- A** o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor deverá ser calculado sobre o valor-hora mensal utilizando-se o divisor duzentas e vinte horas trabalhadas.
- B** o empregado não terá direito ao recebimento do adicional de horas extras por ser comissionista puro, modalidade incompatível com o recebimento do benefício pleiteado.
- C** o empregado terá direito ao recebimento do adicional de horas extras, cujo valor será calculado sobre o valor-hora das comissões do mês, utilizando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.
- D** a remuneração por comissões torna benéfico o trabalho em horas extras, constituindo *bis in idem* o recebimento do adicional de horas extras nessa modalidade de remuneração.

**QUESTÃO 69**

No que se refere ao instituto da equiparação salarial, julgue os itens que se seguem.

- I As autarquias podem ter quadro de pessoal organizado em carreira, independentemente de homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- II Em razão da especificidade da individualidade, o trabalho intelectual não pode ser utilizado como parâmetro para fins de equiparação salarial.
- III Para fins de equiparação salarial, é necessário que o empregado e o paradigma exerçam a mesma função, independentemente de sua denominação, desempenhando as mesmas tarefas.
- IV Em relação ao instituto da equiparação salarial, aplica-se a regra da prescrição parcial.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.

**QUESTÃO 70**

No que se refere a férias, assinale a opção correta.

- A** O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- B** O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- C** O empregado que receber auxílio-doença por mais de sete meses durante o período aquisitivo, ainda que de forma descontínua, perderá o direito às férias.
- D** O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

**QUESTÃO 71**

Adolescente de dezessete anos de idade participou de entrevista de emprego para exercer a atividade de auxiliar no armazenamento de botijões de gás, os quais seriam expostos para a venda em um posto de gasolina.

Nessa situação, o adolescente

- A** poderá ser contratado para trabalhar em horário compatível com o período escolar e anterior às vinte e duas horas.
- B** não poderá ser contratado, por expressa proibição legal.
- C** após contratado, seus pais ou responsável legal, deverão assinar seus recibos de pagamento de salários.
- D** deverá ser contratado na categoria de menor aprendiz.

**QUESTÃO 72**

A respeito do direito de greve e dos serviços essenciais, julgue os itens seguintes.

- I Poderá ser considerada abusiva a greve realizada em setores que a lei define como essenciais se, durante o movimento, não for assegurado o atendimento básico inadiável.
- II Conforme o TST, será considerado abusivo o movimento paretista se inexistir tentativa prévia de solução direta e pacífica do conflito.
- III São considerados essenciais os serviços e as atividades de telecomunicações, de transporte coletivo e de distribuição e comercialização de medicamentos.
- IV Em setores de qualquer natureza, é obrigatória a comunicação prévia do movimento de greve aos empregadores e usuários com a antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e IV.
- D** II, III e IV.

**QUESTÃO 73**

A respeito da capacidade postulatória e da representação das partes na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado ou preposto, mediante outorga de procuração.
- B** A ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança estão abrangidos pelo *jus postulandi*.
- C** Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, de advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na OAB.
- D** O *jus postulandi* das partes poderá ser exercido nas varas do trabalho, nos tribunais regionais do trabalho (TRTs) e no TST.

**QUESTÃO 74**

A ação rescisória busca a desconstituição da coisa julgada e, para tanto, tramita em rito especial, que tem previsão na legislação processual civil por expressa determinação da Consolidação das Leis do Trabalho. Considerando o entendimento do TST sobre a ação rescisória, assinale a opção correta.

- A Considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.
- B A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é considerada prova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.
- C A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal em virtude de negligência da parte, é considerada prova nova.
- D Admite-se o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda quando a referida ação for fundamentada em violação de lei.

**QUESTÃO 75**

A CF estabelece a competência para o processamento e o julgamento de ações na justiça do trabalho, incluindo, entre outras ações, as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Considerando-se esse assunto, é correto afirmar que a justiça do trabalho tem competência para julgar as demandas que envolvam

- A contratos de honorários firmados entre trabalhador autônomo e usuário do serviço.
- B servidores vinculados à administração pública por relação de caráter jurídico-administrativo, incluídos os contratos temporários de excepcional interesse público.
- C relações de consumo quando configurarem uma relação de prestação de serviço.
- D contratos que têm como objeto os direitos oriundos da contratação de escreventes de cartórios de notas.

**QUESTÃO 76**

Antônio ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade e seus reflexos legais. Apesar de devidamente notificada, a reclamada não compareceu à audiência inicial, mas foi representada por seu advogado, que apresentou contestação fundamentada em razões de fato e de direito para afastar os pedidos autorais.

Nessa situação hipotética,

- A a revelia poderá ser ilidida se for apresentado atestado médico pelo preposto que comprove que a ausência da reclamada deveu-se ao comparecimento em consulta em horário coincidente com o da audiência.
- B a revelia, embora acarrete a confissão ficta quanto à matéria de fato arguida, não impede que a reclamada suscite prescrição em recurso ordinário.
- C caso seja declarada a revelia, haverá a condenação da reclamada quanto ao adicional de insalubridade nos exatos termos da reclamação trabalhista, já que a confissão ficta abarca todas as matérias de fato.
- D a presença do advogado munido de defesa afasta os efeitos da revelia, admitindo-se a juntada da contestação e seus documentos como prova pré-constituída.

**QUESTÃO 77**

Ana, viúva de Afonso, ajuizou, juntamente com seus filhos menores, reclamação trabalhista em favor do marido falecido. Ela pleiteia o reconhecimento do vínculo de emprego de Afonso com determinada empresa, bem como sua condenação, em danos morais e materiais, devido à morte do representado, a qual decorreu de acidente de trabalho.

Nessa situação hipotética,

- A a ausência do Ministério Público na condição de *custus legis* é causa de nulidade do processo porque, ainda que assistidos por representante legal, menores estão figurando no polo ativo.
- B os representantes têm legitimidade ativa *ad causam*, na medida em que a administração da herança caberá ao cônjuge até que haja o compromisso do inventariante no espólio.
- C em razão da controvérsia quanto à relação de emprego, faz-se necessária a apresentação, pelos representantes do *de cujus*, de prova da qualidade de dependentes junto à previdência social.
- D a apresentação de cópias da certidão de nascimento dos filhos e da certidão de casamento não é suficiente para garantir a legitimidade dos sucessores para a propositura da ação.

**QUESTÃO 78**

No que se refere aos prazos na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A Na seara trabalhista, por aplicação subsidiária do CPC, é possível a contagem de prazos processuais em dias úteis.
- B No recesso forense e nas férias coletivas dos ministros do TST, os prazos recursais são interrompidos.
- C O prazo para interpor todos os recursos trabalhistas é de oito dias, exceto quanto aos embargos de declaração, agravo interno e agravo regimental, para os quais o prazo é de cinco dias.
- D Os embargos de declaração interrompem o prazo recursal mesmo se opostos antes da publicação da sentença, não sendo considerados intempestivos por extemporaneidade.

**QUESTÃO 79**

Na justiça do trabalho, a condenação em honorários não decorre simplesmente da sucumbência, sendo imprescindível que a parte, concomitantemente, esteja assistida pelo sindicato da categoria e comprove sua hipossuficiência econômica. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A Em caso de substituição processual sindical, excetuados os processos em que a fazenda pública for parte, são devidos os honorários advocatícios.
- B Nas lides que não derivem da relação de emprego, são devidos os honorários advocatícios, desde que cumpridos os requisitos apresentados.
- C Nas ações em que, por substituição processual sindical, são pleiteados direitos individuais homogêneos, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica dos substituídos.
- D Na hipótese de substituição processual sindical, os honorários advocatícios são devidos somente se comprovada a hipossuficiência econômica do sindicato.

**QUESTÃO 80**

Com relação ao processo de execução na seara trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Se o exequente puder promover a execução por diversos meios, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado, porém, se entender que uma medida executiva é excessivamente gravosa, o executado deverá indicar outros bens ao juízo, que os avaliará por perícia antes de aceitá-los.
- B** É absolutamente impenhorável o bem de família voluntário, independentemente do valor, sendo protegido o prédio residencial urbano ou rural com seus pertences e acessórios, desde que destinado ao domicílio familiar e gravado como tal na respectiva escritura pública.
- C** Não cabe mandado de segurança contra o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo.
- D** Na penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz dará ciência prévia do ato ao executado para assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**QUESTÃO 81**

Acerca de efeito suspensivo e efeito devolutivo, assinale a opção correta.

- A** Não é possível conceder efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo.
- B** Quanto ao efeito devolutivo em profundidade, o tribunal poderá apreciar todos os fundamentos da reclamação trabalhista ou da defesa, inclusive aqueles não examinados em sentença e não renovados em contrarrazões.
- C** O tribunal poderá, ao julgar recurso ordinário, decidir desde logo o mérito da causa se o processo estiver em condições, salvo se constatar omissão da sentença quanto a um pedido formulado.
- D** O efeito devolutivo em extensão transfere ao tribunal a possibilidade de apreciação integral dos fundamentos, sejam eles da reclamação trabalhista ou da defesa.

**QUESTÃO 82**

No processo do trabalho em rito ordinário, a audiência una poderá, excepcionalmente, ser adiada por motivo relevante, sendo designada audiência em prosseguimento. A partir dessas informações, assinale a opção correta.

- A** É necessária a comprovação de que houve convite para que o juiz determine a intimação de testemunha ausente.
- B** Se for pactuado que, independentemente de intimação, a testemunha comparecerá à audiência em prosseguimento, sua ausência implicará preclusão e desistência tácita da oitiva.
- C** O prazo de recurso da parte que tiver sido intimada e que não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença é contado da data de realização da audiência.
- D** O juiz poderá determinar a condução coercitiva das testemunhas que a parte se comprometeu a levar a juízo, independentemente de terem sido intimadas.

**QUESTÃO 83**

Paula foi empregada de uma empresa por dez anos, onde exerceu atividade sujeita a condições especiais. Nesse período, ela contribuiu regularmente para o regime geral de previdência social (RGPS). Aprovada em concurso público, na qualidade de servidora pública estatutária, Paula pretende computar, no regime próprio de previdência social (RPPS), o tempo que contribuiu para o regime geral.

Nessa situação hipotética, Paula

- A** poderá computar em dobro os dez anos de contribuição tanto no RGPS quanto no RPPS.
- B** não poderá computar o tempo de contribuição para o RGPS no RPPS, por expressa vedação legal.
- C** somente terá direito à contagem recíproca do tempo de contribuição se ela mesma compensar financeiramente o RPPS.
- D** terá direito somente ao cômputo dos dez anos.

**QUESTÃO 84**

Leandra, que trabalha como manicure autônoma há cinco anos, prestando seus serviços diretamente aos seus clientes, que são pessoas físicas, nunca realizou qualquer contribuição previdenciária.

Nessa situação hipotética, Leandra

- A** é considerada automaticamente inscrita no RGPS, pelo simples fato de desempenhar a referida atividade profissional.
- B** poderá optar por filiar-se ou não ao sistema previdenciário.
- C** estará obrigada ao pagamento da contribuição previdenciária somente a partir de sua inscrição no RGPS.
- D** é segurada obrigatória do RGPS.

**QUESTÃO 85**

João, segurado obrigatório no RGPS, é casado com Fabiana, pelo regime da separação total de bens, com quem tem dois filhos, Marcos, de dezesseis anos de idade, e Felipe, de vinte e cinco anos de idade, portador de deficiência mental grave desde criança.

Nessa situação hipotética, à luz da Lei n.º 8.213/1991, considera(m)-se dependente(s) previdenciário(s) de João

- A** Marcos e Felipe, somente.
- B** Felipe, somente.
- C** Fabiana, somente.
- D** Fabiana, Marcos e Felipe.

**QUESTÃO 86**

Amanda foi agredida fisicamente, na loja onde trabalha e em horário de expediente, por cliente da empregadora. Roberto caiu de escada enquanto prestava espontaneamente serviço à empresa, para lhe evitar prejuízo. Tanto Amanda quanto Roberto sofreram lesões que os levaram ao afastamento do trabalho por trinta dias.

Considerando-se o disposto na Lei n.º 8.213/1991, nessa situação hipotética

- A** nem Amanda nem Roberto sofreram acidente de trabalho por equiparação.
- B** somente Amanda sofreu acidente de trabalho por equiparação.
- C** Amanda e Roberto sofreram acidente de trabalho por equiparação.
- D** somente Roberto sofreu acidente de trabalho por equiparação.

**QUESTÃO 87**

A renda mensal inicial (RMI) de um benefício é o valor que o segurado receberá inicialmente, podendo ser posteriormente reajustado, conforme prevê a legislação. As RMI são calculadas pela aplicação de determinado percentual sobre o salário-de-benefício para vários benefícios do RGPS. Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta corretamente o benefício do RGPS e o respectivo percentual do salário-de-benefício correspondente à RMI desse benefício, conforme a Lei n.º 8.213/1991.

- A** aposentadoria por idade / 100%
- B** aposentadoria por invalidez / 100%
- C** auxílio-doença / 50%
- D** auxílio-acidente / 91%

**QUESTÃO 88**

Considere que Laura seja segurada especial do RGPS e não contribua na forma de segurado facultativo, que André seja segurado contribuinte individual e que Fátima seja segurada empregada. Nessa situação, preenchidos os requisitos para a concessão dos benefícios,

- A** Laura, Fátima e André farão jus ao salário-família.
- B** Laura e Fátima farão jus à aposentadoria especial.
- C** Laura, Fátima e André farão jus a auxílio-acidente.
- D** Laura e André farão jus à aposentadoria por invalidez.

**QUESTÃO 89**

A CF prevê, entre os objetivos que organizam a seguridade social,

- A** a equidade na forma de participação no custeio e a uniformidade da base de financiamento.
- B** a seletividade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C** a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio.
- D** a seletividade e a equidade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

**QUESTÃO 90**

Mônica é empregada doméstica na casa de Jorge, segurado empregado de uma empresa.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito das contribuições previdenciárias de Mônica e de Jorge.

- A** A contribuição previdenciária de Mônica é calculada mediante a aplicação da alíquota de 8% sobre o valor registrado na carteira de trabalho, independentemente do valor da remuneração.
- B** Tanto as contribuições previdenciárias de Mônica quanto as de Jorge devem ser recolhidas até o dia vinte do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- C** A contribuição previdenciária de Jorge deve ser recolhida por seu empregador, enquanto a de Mônica deve ser feita por ela mesma, pessoalmente.
- D** Como empregador doméstico, Jorge deve realizar o recolhimento da contribuição patronal de 8% sobre o valor registrado na carteira de trabalho de Mônica, para a seguridade social, bem como 0,8% de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho.

Espaço livre